



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, março/2003

**MINISTRO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Bernard Appy

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**CHEFE DE GABINETE**

Paulo Márcio Neves Rodrigues

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** cesef.df.stn@fazenda.gov.br

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 2, fev. 2003. 30 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em fevereiro, o Governo Central obteve superávit primário de R\$ 4,0 bilhões, acumulando no primeiro bimestre de 2003 resultado de R\$ 11,0 bilhões, equivalente a 4,50% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional e o Banco Central contribuíram para o desempenho do mês com superávits de R\$ 5,0 bilhões e R\$ 23,8 milhões, respectivamente, enquanto que a Previdência Social (RGPS) foi deficitária em R\$ 1,1 bilhão.

*Em fevereiro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 4,0 bilhões.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)  
BRASIL, 2002-2003**

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Jan	Fev	Jan-Fev	
	2003	2003	2002	2003
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>32.442,6</b>	<b>27.731,9</b>	<b>53.227,3</b>	<b>60.174,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>26.981,2</b>	<b>21.620,4</b>	<b>42.912,2</b>	<b>48.601,6</b>
I.1.1 Receita Bruta	27.363,9	21.904,7	43.519,6	49.268,6
I.1.2. (-) Restituições	-382,7	-284,3	-508,0	-666,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.461,4</b>	<b>6.111,5</b>	<b>10.315,0</b>	<b>11.572,8</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>5.704,3</b>	<b>6.144,8</b>	<b>10.245,0</b>	<b>11.849,1</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>26.738,3</b>	<b>21.587,1</b>	<b>42.982,2</b>	<b>48.325,4</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>19.692,2</b>	<b>17.650,4</b>	<b>34.352,3</b>	<b>37.342,6</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>7.514,5</b>	<b>5.942,4</b>	<b>12.728,0</b>	<b>13.456,9</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.201,3</b>	<b>7.166,6</b>	<b>12.412,6</b>	<b>14.367,9</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.975,5</b>	<b>4.466,9</b>	<b>9.211,7</b>	<b>9.442,3</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	569,1	328,6	961,0	897,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	103,2	208,8	130,2	312,0
IV.3.3. Outras Despesas	4.303,1	3.929,5	8.120,4	8.232,6
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>0,9</b>	<b>74,4</b>	<b>0,0</b>	<b>75,4</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>7.046,1</b>	<b>3.936,8</b>	<b>8.629,9</b>	<b>10.982,9</b>
V.1. Tesouro Nacional	8.786,0	4.991,9	10.727,5	13.778,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.740,0	-1.055,1	-2.097,6	-2.795,1
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-38,0</b>	<b>23,8</b>	<b>-76,1</b>	<b>-14,2</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>7.008,1</b>	<b>3.960,6</b>	<b>8.553,9</b>	<b>10.968,7</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>4,31%</b>	<b>4,50%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES  
Acumulado: Fev2003/Fev2002**

Receitas	13,1%
Tesouro	13,3%
Previdência	12,2%
Transferências	15,7%
Receita Líquida	12,4%
Despesas	8,7%
Benefícios	15,8%
Pessoal	5,7%
Custeio e Capital	2,5%

O resultado primário do Governo Central, no primeiro bimestre deste ano, foi R\$ 2,4 bilhões superior ao obtido em igual período de 2002, ou 0,2 ponto percentual superior em termos de participação do PIB. As receitas totais apresentaram crescimento de R\$ 6,9 bilhões (13,1%), atingindo o montante de R\$ 60,2 bilhões no ano. Tal desempenho decorreu principalmente do incremento: a) de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação do IRRF relativa aos rendimentos de capital e de operações de *swap* e fundos de renda fixa; b) de R\$ 305,4 milhões na arrecadação do IRRF referente às remessas ao exterior devido à elevação da taxa de câmbio; c) de R\$ 399,9 milhões na arrecadação do Imposto de Importação, refletindo a depreciação do câmbio; d) de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação de cota-parte de compensações financeiras (que inclui as receitas de *royalties* e

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL  
Jan-Fev (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	26,9%	24,7%
Transferências	5,2%	4,9%
<b>Receita Líquida</b>	<b>21,7%</b>	<b>19,9%</b>
Despesa Total	17,4%	15,4%
<b>Resultado Primário</b>	<b>4,3%</b>	<b>4,5%</b>

participação especial na exploração do petróleo); e e) de R\$ 651,0 milhões nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos à União, principalmente por parte de instituições financeiras federais, sem correspondência no exercício anterior.

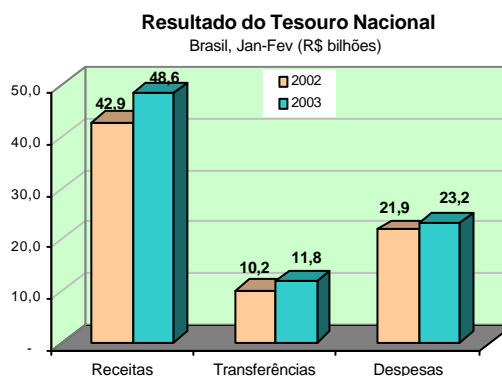
A receita bruta do Tesouro Nacional, no acumulado de janeiro e fevereiro de 2003, correspondeu a 20,2% do PIB, enquanto que em igual período do ano anterior representaram 21,9% do PIB. Tal comportamento pode ser explicado, principalmente, pelo pagamento de débitos em atraso dos fundos de pensão e pela tributação de lucro por empresa estatal pela transferência de títulos públicos, o que não se repetiu em 2003.

As transferências a estados e municípios corresponderam a 4,9% do PIB no acumulado de janeiro e fevereiro de 2003, contra 5,2% em igual período do ano anterior. Essa queda concentrou-se nas transferências constitucionais, que foram de 3,5% do PIB em 2003, contra 4,3% do PIB em 2002, como decorrência da arrecadação extraordinária do IRPJ no primeiro bimestre desse ano.

Por sua vez, as despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 23,0 bilhões no período, tendo crescido R\$ 1,0 bilhão (4,7%) em relação ao primeiro bimestre do ano anterior. Esse incremento reflete o efeito financeiro, a partir do segundo semestre de 2002, de diversas medidas de caráter remuneratório no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e no Ministério Público da União, nos termos da legislação vigente, como: i) instituição de gratificações por desempenho, ii) reestruturação remuneratória de cargos e carreiras; iii) pagamento de forma parcelada de passivos a servidores civis do Poder Executivo, referentes aos índices de 3,17%, 28,86% e adicional de tempo de serviço (anuênios); e iv) pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

Por sua vez, as despesas de custeio e capital apresentaram evolução menos dinâmica passando de 3,9% do PIB em 2002 para 3,4% em 2003.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Tesouro Nacional	5,4%	5,6%
Previdência Social	-1,1%	-1,1%
Banco Central	0,0%	0,0%
<b>Governo Central</b>	<b>4,3%</b>	<b>4,5%</b>



A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,8 bilhões no primeiro bimestre de 2003, R\$ 697,5 milhões (33,3%) acima do que foi observado no mesmo período de 2002. A arrecadação líquida cresceu R\$ 1,3 bilhão (12,2%), compensando parcialmente o aumento de R\$ 2,0 bilhões (15,8%) ocorrido nas despesas com benefícios previdenciários. Nos dois primeiros meses de 2003 houve incremento de 949,6 mil novos benefícios pagos e aumento de 10,8% no valor médio em decorrência dos reajustes concedidos a partir de abril de 2002.

Em fevereiro de 2003 a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 21,9 bilhões, situando-se R\$ 5,5 bilhões abaixo da observada no mês anterior. Tal comportamento pode ser explicado pela elevada arrecadação de janeiro decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- (i) pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente ao resultado apurado no último trimestre de 2002. A arrecadação em janeiro desses tributos também foi incrementada pelo expressivo recolhimento antecipado da declaração de ajuste de 2002, cujo prazo legal para pagamento encerra-se apenas em março;
- (ii) elevado volume de vendas em dezembro e seus efeitos sobre a arrecadação dos tributos com fatos geradores nesse mês, como a Cofins, a contribuição para o PIS/Pasep e a CIDE-Combustíveis;
- (iii) cinco semanas de fatos geradores, contra quatro em fevereiro, refletindo-se na arrecadação dos tributos com apuração semanal, em especial a CPMF.

As demais receitas reduziram-se em R\$ 1,5 bilhão. Cabe destacar que, em janeiro, observou-se o recolhimento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo no valor de R\$ 1,3 bilhão.

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2003, as receitas brutas corresponderam a 20,2% do PIB, contra 21,9% do PIB arrecadado em igual período do ano anterior. Tal fato deveu-se, principalmente, ao pagamento, em 2002, de débitos atrasados dos fundos de pensão (R\$ 3,2 bilhões), conforme MP nº 2.222/2001, e à tributação de lucro por empresa estatal pela transferência de títulos públicos (R\$ 1,3 bilhão), sem correspondência em 2003.

Por outro lado, verificou-se crescimento de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação do IRRF relativo aos rendimentos de capital das operações de *swap* e fundos de renda fixa. Houve também aumento do IRRF referente às remessas ao exterior, no valor de R\$ 305,4 milhões, devido à elevação na taxa de câmbio do período. A desvalorização cambial também teve impacto no montante arrecadado do Imposto

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*Efeitos sazonais explicam a menor arrecadação bruta do Tesouro Nacional em fevereiro, comparativamente a janeiro.*

### **Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior**

PRINCIPAIS VARIAÇÕES DAS RECEITAS Jan-Fev (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Fundos de Pensão	3.155,0	-
Tribut. de Permuta c/ Tit. Púb.	1.336,0	-
CIDE-Combustíveis	806,9	1.220,6
Royalties e Partic. Especial	885,5	2.382,1
Dividendos da CEF e BB	-	448,8
Concessão - Bandas D e E	1.265,1	-

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Impostos</b>	<b>10,5%</b>	<b>8,7%</b>
Imposto de Renda	8,1%	6,5%
IPI	1,5%	1,3%
Outros	0,9%	0,9%
<b>Contribuições</b>	<b>9,1%</b>	<b>9,2%</b>
Cofins	4,0%	4,0%
CPMF	1,6%	1,6%
CSLL	1,3%	1,2%
Cide - Combustíveis	0,4%	0,5%
Outras	1,8%	1,9%
<b>Demais</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,3%</b>
Dividendos da União	0,1%	0,4%
Concessões	0,7%	0,1%
Outras	1,6%	1,9%
<b>Total Bruto</b>	<b>21,9%</b>	<b>20,2%</b>

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Fev (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2002	2003
Petrobras	217,1	356,8
IRB	-	35,9
Serpro	-	11,1
Banco do Brasil	-	151,9
Caixa	-	296,8
Demais	1,3	16,8
<b>Total</b>	<b>218,4</b>	<b>869,4</b>

## Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	4,26%	3,48%
Desoneração do ICMS	0,33%	0,51%
Demais	0,57%	0,87%
<b>Total</b>	<b>5,17%</b>	<b>4,86%</b>

de Importação e do IPI-Vinculado à Importação, os quais aumentaram R\$ 399,9 milhões e R\$ 197,4 milhões, respectivamente.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 5,6 bilhões, representando um crescimento nominal de 16,7% quando comparado a igual período de 2002. Entretanto, quando analisadas em proporção do PIB, observou-se uma ligeira redução dessas receitas, da ordem de 0,1 ponto percentual. Houve uma queda significativa das receitas com concessões, devido à arrecadação atípica em 2002 dos leilões das bandas D e E. Porém esta queda foi mais do que compensada pelo aumento da arrecadação com a rubrica cota parte, que inclui receitas com *royalties* e participação especial na exploração do petróleo, cujo montante arrecadado em janeiro e fevereiro de 2003 foi de R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 885,5 milhões de igual período no ano anterior. Este aumento é explicado pela alta do preço do petróleo no mercado internacional, pelo aumento da produção interna e à depreciação da taxa de câmbio.

Os dividendos da União superaram em R\$ 651,0 milhões os recolhimentos ocorridos no primeiro bimestre de 2002. Cabe destacar os dividendos pagos pelo Banco do Brasil (R\$ 151,9 milhões) e pela Caixa Econômica Federal (R\$ 296,8 milhões), sem contrapartida em 2002.

No acumulado dos meses de janeiro e fevereiro de 2003, as transferências a estados e municípios perfizeram 4,9% do PIB contra 5,2% em 2002. Essa queda concentrou-se nas transferências constitucionais, as quais passaram de 4,3% do PIB em 2002 para 3,5% do PIB em 2003, explicado pela arrecadação extraordinária do IRPJ no primeiro bimestre de 2002.

Por outro lado, as transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações, em decorrência da Lei Complementar nº 87/96, alcançaram 0,5% do PIB nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, contra 0,3% do PIB de igual período de 2002. Este crescimento decorreu do pagamento, em 2003, de valores referentes a novembro e dezembro de 1999 atualizados pelo IGP-DI, conforme definido na Lei Complementar nº 115/2002.

As demais transferências passaram de 0,6% do PIB em 2002 para 0,9% do PIB em 2003, devido, principalmente, ao incremento na arrecadação dos *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo, recursos estes compartilhados com os estados e municípios.

Em relação a janeiro, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 2,0 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão refere-se à diminuição na rubrica “Pessoal e Encargos Sociais”, que passou de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 5,9 bilhões em fevereiro. Tal comportamento é explicado, principalmente, pela concentração em janeiro de parte expressiva do pagamento de férias e adiantamento de 13º salário dos servidores públicos federais.

Ademais, em janeiro também ocorreram os seguintes pagamentos na folha salarial do funcionalismo, sem correspondência em fevereiro: i) oitava parcela relativa à extensão da vantagem de 28,86% aos servidores civis do Poder Executivo; ii) primeira parcela do passivo de 3,17%, devida aos servidores civis do Poder Executivo, referente à isonomia de reajustes concedido aos demais Poderes em janeiro de 1995; e iii) quarta e última parcela do passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios), devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pela Lei 8.112/90.

Os gastos com custeio e capital apresentaram redução de 10,2%. Em particular, houve decréscimo na rubrica “outras despesas com custeio e capital” que ficou R\$ 373,6 milhões abaixo da verificada em janeiro, não obstante as liberações de R\$ 115,0 milhões e R\$ 50,2 milhões para os Ministérios do Transporte (transferência de malha rodoviária federal para administrações estaduais) e da Integração Nacional (bolsa renda e ações emergenciais de defesa civil), respectivamente, para pagamento de despesas atendidas com créditos extraordinários.

No que concerne aos gastos relativos ao FAT, verificou-se queda de 42,3%, equivalente a R\$ 240,5 milhões. Houve redução, principalmente, nas despesas com o benefício do seguro desemprego, que passaram de R\$ 539,0 milhões, em janeiro, para R\$ 317,6 milhões, em fevereiro.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 208,8 milhões, apresentando acréscimo de R\$ 105,6 milhões, em relação ao mês anterior. As despesas com subsídios à agricultura e exportações, no âmbito do Programa das Operações Oficiais de Crédito, registraram aumento de R\$ 52,6 milhões.

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes), perfizeram R\$ 74,4 milhões em fevereiro, contra R\$ 935,7 mil em janeiro.

### **Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*As despesas do Tesouro Nacional totalizaram em fevereiro R\$ 10,5 bilhões, inferior em 16,1% ao mês anterior.*

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Jan/2003	Fev/2003
Pessoal e Encargos	7.514,5	5.942,4
Custeio e Capital	4.978,1	4.640,0
Despesas do FAT	569,1	328,6
Subsídios e Subvenções	105,9	382,0
Outras	4.303,1	3.929,5
Transferência ao Bacen	0,9	74,4

## **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

*No primeiro bimestre de 2003, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 9,4% do PIB, 1,6 ponto percentual inferior ao realizado em idêntico período de 2002.*

No primeiro bimestre, as despesas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de 1,6 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao mesmo período de 2002. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram o equivalente a 5,5% do PIB, apresentando diminuição de 0,9 ponto percentual do PIB. Também observou-se diminuição nas despesas de custeio e capital, que passaram de 4,6% do PIB, no primeiro bimestre de 2002, para 3,9% do PIB, em igual período de 2003.

Em termos nominais, verificou-se crescimento de R\$ 728,9 milhões na despesa com pessoal, comparativamente à igual período do ano anterior. Tal comportamento pode ser explicado, principalmente, pelo efeito financeiro a partir do segundo semestre de 2002 de diversas medidas de caráter remuneratório no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e no Ministério Público da União, nos termos da legislação vigente, como por exemplo: i) instituição de gratificações por desempenho, ii) reestruturação remuneratória de cargos e carreiras; iii) pagamento de forma parcelada de passivos a servidores civis do Poder Executivo, referentes aos índices de 3,17%, 28,86% e adicional de tempo de serviço (anuênios); e iv) pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

Ainda neste contexto merecem destaque as reformas institucionais realizadas incluindo a reestruturação de órgãos, a criação de agências reguladoras, a continuidade do processo de seleção de pessoal qualificado, por meio de concurso público, para preenchimento de vagas em carreiras estratégicas do setor público e o desenvolvimento e profissionalização dos servidores públicos federais.

Os gastos do Tesouro Nacional com subsídios e subvenções econômicas foram superiores em R\$ 181,8 milhões, comparativamente à igual período de 2002. Tal comportamento é justificado, em parte, como decorrência dos seguintes eventos de despesas verificados em 2003, no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, sem correspondência no período acumulado de 2002: i) gastos no montante de R\$ 65,0 milhões, com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA); e ii) R\$ 53,6 milhões com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).

Por fim, registra-se que nos dois primeiros meses de 2003, verificou-se recebimento líquido de R\$ 194,0 milhões relativos às operações de Aquisições de Governo Federal (AGF), resultado da venda de produtos agrícolas, ao passo que em idêntico período de 2002, esses valores perfizeram R\$ 34,6 milhões.

As outras despesas de custeio e capital atingiram o equivalente a 3,4% do PIB apresentando redução de 0,7 ponto percentual, quando comparadas ao primeiro bimestre de 2002. Em termos nominais, houve crescimento de cerca de

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>6,42%</b>	<b>5,52%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,64%</b>	<b>3,94%</b>
Despesas do FAT	0,48%	0,37%
Subsídios e Subvenções	0,07%	0,20%
Outras	4,09%	3,38%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,03%</b>

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Fev (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Agricultura</b>	<b>94,4</b>	<b>135,7</b>
Custeio Agropecuário	24,0	86,1
Investimento Rural	2,1	104,1
Preços Agrícolas	7,7	-184,9
- EGF	0,1	1,9
- AGF	-34,6	-194,0
- Sustentação de preços	42,2	7,2
Pronaf	25,8	58,8
Proex	34,7	6,4
Pesa	0,0	65,0
Cacau	0,0	0,2
<b>Outros</b>	<b>0,0</b>	<b>53,6</b>
Securitização	0,0	0,0
Habitação (PSH)	0,0	53,6
Alongamento dívida cred. Rural	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>94,4</b>	<b>189,3</b>



R\$ 112,1 milhões, com destaque para aumento nas despesas de custeio da área da Educação, as quais passaram de R\$ 679,5 milhões, no primeiro bimestre de 2002, para R\$ 792,7 milhões, em idêntico período de 2003.

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes), perfizeram R\$ 75,3 milhões até fevereiro.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 1,1 bilhão, 39,4% inferior ao verificado em janeiro. A tabela abaixo apresenta a evolução do resultado primário do RGPS no primeiro bimestre deste ano.

## Previdência Social

**TABELA 2  
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Brasil, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Jan-Fev	
	2003	2003	2002	2003
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>5.461,4</b>	<b>6.111,5</b>	<b>10.315,0</b>	<b>11.572,8</b>
Arrecadação Bruta	6.257,8	6.501,4	11.351,5	12.759,3
- Contribuição Previdenciária	5.764,6	6.095,3	10.616,4	11.859,9
- Simples	323,6	221,9	454,2	545,5
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,0
- CFT	0,0	50,6	67,5	50,6
- Depósitos Judiciais	113,3	106,0	115,1	219,3
- Refis	35,1	27,7	71,6	62,8
- Outras Receitas	21,2	0,0	26,7	21,2
(-) Restituição/Devolução	-12,8	-29,7	-37,9	-42,5
(-) Transferências a Terceiros	-783,7	-360,2	-998,6	-1.143,9
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.201,3</b>	<b>7.166,6</b>	<b>12.412,6</b>	<b>14.367,9</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1.740,0</b>	<b>-1.055,1</b>	<b>-2.097,6</b>	<b>-2.795,1</b>
<b>Resultado Primário/PIB</b>			<b>-1,06%</b>	<b>-1,15%</b>

*Em fevereiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,1 bilhão.*

Em fevereiro, a arrecadação líquida apresentou crescimento de 11,9% em relação ao mês anterior, atingindo o montante de R\$ 6,1 bilhões. Tal comportamento deve-se basicamente à diminuição de 54,0% das transferências a terceiros (Sesi, Senais, Sesc e outros), uma vez que em janeiro são repassadas a estes órgãos as contribuições sobre o 13º salário. As despesas com benefícios, comparativamente a janeiro, permaneceram praticamente constantes, apresentando diminuição de 0,5%.

No primeiro bimestre deste ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 11,6 bilhões contra R\$ 10,3 bilhões no primeiro bimestre de 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação em 2003 corresponde à 4,75 pontos percentuais, apresentando decréscimo de 0,5 ponto percentual quando comparado com igual período do ano anterior.

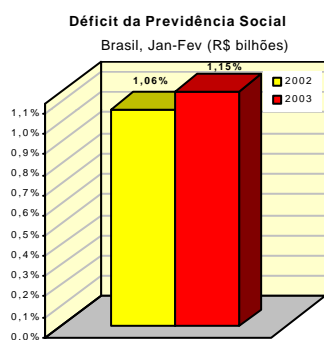
As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 14,4 bilhões (5,89% do PIB), ao passo que no primeiro bimestre de 2002 estas totalizaram R\$ 12,4 bilhões (6,26% do PIB). O comportamento das despesas com benefícios previdenciários em 2003 pode ser explicado pelo aumento de 10,8% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2002 (com impacto no caixa a partir de julho), e pelo aumento de 949,6 mil na quantidade média de benefícios pagos em 2003.

Benefícios Emitidos	jan/2002-fev/2002	jan/2003-fev/2003	%
Quantidade*	20,2	21,1	4,7%
Valor Médio**	311,6	345,1	10,8%

(\*) média em milhões  
(\*\*) média em R\$ 1,00

Considerando as emissões médias dos benefícios no primeiro bimestre de 2003 comparativamente ao mesmo período de 2002, observa-se que: i) as aposentadorias aumentaram em 360,4 mil (3,1%); ii) os auxílios – doença, aumento de 239,0 mil (39,9%); iii) as pensões por morte, aumento de 150,2 mil (2,9%); iv) os benefícios assistenciais aumentaram 147,5 mil (7,0%); v) os benefícios acidentários, incremento de 30,0 mil benefícios (4,4%); vi) os salários maternidade, aumento de 19,6 mil (17,5%); e vii) os demais benefícios aumentaram em 2,9 mil (17,5%).

No primeiro bimestre de 2003, o déficit acumulado do RGPS totalizou R\$ 2,8 bilhões equivalente a 1,15% do PIB. Tal resultado é superior ao observado em igual período em 2002, quando atingiu R\$ 2,1 bilhões, ou 1,06% do PIB.



### ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

No mês de fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 340,8 bilhões, equivalentes a 24,9% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em fevereiro de 2002.

<b>TABELA 3</b>			
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO</b>			
<b>BRASIL, 2002/2003</b>			
	(R\$ milhões)		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	
	Fev	Jan	Fev
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>130.596</b>	<b>72.165</b>	<b>76.286</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	521.166	575.019	584.486
Dívida Contratual da STN	-299.889	-390.141	-393.878
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-90.682	-112.713	-114.321
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>168.041</b>	<b>262.654</b>	<b>264.538</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	127.673	200.987	203.368
Títulos Depositados em Garantia	-3.918	-6.393	-6.698
Dívida Contratual	45.260	69.171	69.005
Disponibilidades	-975	-1.110	-1.137
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>298.636</b>	<b>334.819</b>	<b>340.824</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,9%</b>	<b>24,9%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*Em fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 340,8 bilhões.*

Em relação a janeiro, a dívida líquida apresentou incremento de R\$ 6,0 bilhões, dos quais R\$ 4,1 bilhões são decorrentes do aumento da dívida interna líquida e R\$ 1,9 bilhão, do crescimento da dívida externa líquida.

O aumento da dívida interna líquida de R\$ 72,2 bilhões, em janeiro de 2003, para R\$ 76,3 bilhões, em fevereiro, decorreu: i) da apropriação de juros da dívida mobiliária em poder do público, basicamente nos títulos indexados à taxa Selic, não obstante ter havido o resgate líquido de títulos da dívida mobiliária de R\$ 627 milhões; e ii) do aumento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações no montante de R\$ 5,3 bilhões.

### ***Dívida Interna Líquida***

**TABELA 4**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

(R\$ milhões)

	2002		2003	
	Fev	Jan	Fev	
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>130.596</b>	<b>72.165</b>	<b>76.286</b>	
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>521.166</b>	<b>575.019</b>	<b>584.486</b>	
LFT	277.993	375.453	381.234	
LTN	47.389	12.118	12.721	
NTN-C	30.747	47.878	50.031	
NTN-D	47.277	49.611	50.151	
Demais	93.326	66.737	66.853	
Dívida Securitizada	22.189	21.223	21.509	
TDA	2.244	2.000	1.987	
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-390.571</b>	<b>-502.854</b>	<b>-508.199</b>	
<i>Tesouro Nacional</i>	-299.889	-390.141	-393.878	
Dívida Bancária	25.367	25.226	25.297	
Lei nº 7.976/89	-10.425	-13.107	-13.070	
Lei nº 8.727/93	-45.331	-46.603	-46.842	
Lei nº 9.496/97	-155.046	-194.297	-198.010	
Renegociação Dívida Municipais	-20.426	-27.647	-28.324	
Demais Haveres da STN	-94.027	-133.714	-132.928	
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-90.682	-112.713	-114.321	
FAT	-65.919	-81.425	-82.492	
Demais Entidades	-24.763	-31.287	-31.830	
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>43,0%</b>	<b>42,8%</b>	<b>42,8%</b>	
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-32,2%</b>	<b>-37,4%</b>	<b>-37,2%</b>	
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-24,7%</b>	<b>-29,0%</b>	<b>-28,8%</b>	
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>10,8%</b>	<b>5,4%</b>	<b>5,6%</b>	

*Em fevereiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 76,3 bilhões.*

## **Emissões e Resgates**

Em fevereiro, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 627,5 milhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 25,1 bilhões e os resgates a R\$ 25,7 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 25,1 bilhões, sendo: i) R\$ 23,9 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro e dezembro de 2003 e maio de 2004; ii) R\$ 715,5 milhões em NTN-C com vencimentos em dezembro de 2005, abril de 2008, março de 2011, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; e iii) R\$ 433,2 milhões em LTN, com vencimento em outubro de 2003.

### **Boxe 1 – Tesouro Direto**

Do total de títulos emitidos, R\$ 11,5 milhões correspondem à venda direta por meio da internet -Programa Tesouro Direto. Desse montante, 41,27% referem-se à venda de títulos remunerados pelo IGP-M (NTN-C), 35,87% a títulos remunerados pela taxa Selic e 22,86% a títulos prefixados (LTN).

Vale ressaltar a consolidação do processo de recuperação da demanda por títulos públicos federais, demonstrando a maior confiança dos investidores na política econômica conduzida pelo governo. Neste sentido, destacaram-se em fevereiro: i) o retorno da emissão de títulos prefixados - LTN - que não eram vendidos desde outubro de 2002; ii) alongamento dos prazos de emissão das LFT, para até 18 meses; e iii) continuidade da redução dos deságios das LFT, tendência observada desde dezembro de 2002.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 67,3 milhões, sendo: i) R\$ 52,0 milhões em LFT-B para securitização de dívidas em favor de Interunion Capitalização S.A.; e ii) R\$ 13,6 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies.

Em fevereiro, foram resgatados R\$ 936,4 milhões em títulos emitidos sob a forma direta. Deste total, ressaltam-se R\$ 49,8 milhões de LFT aceitas no leilão de NTN-C e R\$ 13,6 milhões em títulos da dívida securitizada em troca por CFT-E1, emitidos em favor do Fies.

**TABELA 5  
EMISSOES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIARIA  
FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER  
DO PÚBLICO  
BRASIL, Fev/2003**

(R\$ milhões)			
Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
<b>I. Emissões</b>	<b>25.043</b>	<b>67</b>	<b>25.110</b>
LFT	23.894	0	23.894
LTN	433	0	433
NTN-C	716	0	716
NTN-D	0	0	0
TDA	0	0	0
Securitizada**	0	0	0
Demais	0	67	67
<b>II. Resgates***</b>	<b>24.801</b>	<b>936</b>	<b>25.738</b>
LFT	24.403	0	24.403
LTN	1	0	1
NTN-C	1	0	1
NTN-D	397	0	397
TDA	0	20	20
Securitizada**	0	63	63
Demais	0	854	854
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>242</b>	<b>-869</b>	<b>-627</b>

\* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

\*\* Inclui dívida agrícola.

\*\*\* Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

**Boxe 2  
Emissão de NTN - C**

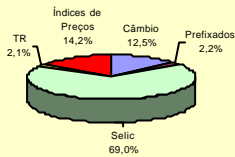
Foi realizado, nos dias 30 e 31 de janeiro, com liquidação financeira em fevereiro, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2008, 2017 e 2021. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 710,8 milhões, sendo R\$ 288,9 milhões (40,65%) relativos ao vencimento de 2008, R\$ 221,7 milhões (31,19%) ao vencimento de 2017 e o restante (R\$ 200,1 milhões) correspondente ao vencimento de 2021.

Do valor arrecadado, a maior parte, 92,75%, correspondeu a recebimento em dinheiro. Só houve troca para as NTN-C com vencimento em 2008, para as quais foram aceitas LFT.

*O Tesouro Nacional realizou, em fevereiro, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 627,5 milhões.*

Quanto à composição da DPMFi, observou-se relativa manutenção das participações dos indexadores em relação ao mês anterior. A discreta elevação da parcela dos títulos remunerados por índices de preços de 13,34% para 14,23% ocorreu principalmente devido à emissão líquida de NTN-C no valor de R\$ 714,6 milhões. Observou-se uma pequena queda na participação de títulos indexados à taxa Selic (0,15 ponto percentual) e dos títulos cambiais (0,16 ponto percentual) como resultado de resgates líquidos de R\$ 508,6 milhões em LFT e de R\$ 396,8 milhões em NTN-D, respectivamente.

**Composição**

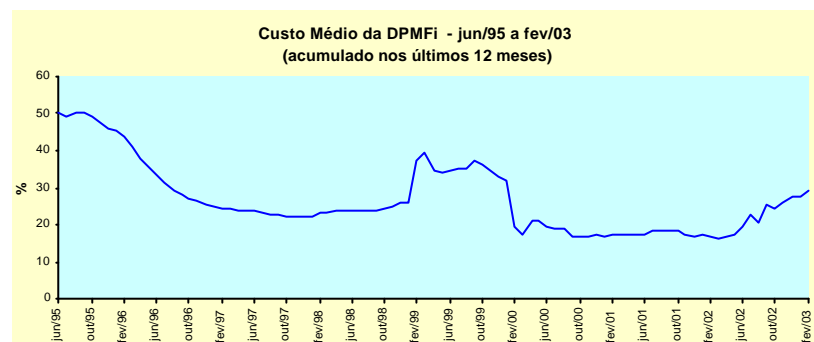
**Composição da Dívida Pública Mobiliária  
Federal Interna em Poder do Público  
Brasil, Fev/2003**

**TABELA 6  
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO  
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR  
TIPO DE RENTABILIDADE  
BRASIL, 2002/2003**

Indexador	2002		2003
	Fev	Jan	Fev
Selic	64,42	69,13	68,98
Câmbio	11,99	12,68	12,52
Prefixados	9,52	2,13	2,20
Índices de Preços	11,30	13,95	14,23
TR	2,76	2,10	2,07
Outros	0,01	0,01	0,01

\* Não inclui dívida agrícola.

## Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 24,9% a.a. em janeiro para 27,3% a.a. em fevereiro, principalmente devido a: i) elevadas taxas de inflação do mês; e ii) depreciação cambial de 1,06% em fevereiro.



Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 28,1% a.a. em janeiro para 29,1% a.a. em fevereiro.

### Boxe 3 – Metodologia do Custo Médio da DPMFi

A Secretaria do Tesouro Nacional alterou a metodologia para a anualização do custo médio mensal da dívida pública. O método que vinha sendo utilizado até então potencializava os efeitos, sobre o custo da dívida, de oscilações excessivas de alguns índices que indexam os títulos públicos. Na forma em que se apresentava o referido indicador, as variações mais significativas de um determinado mês, ao serem anualizadas previamente à ponderação pelo referido estoque, apresentavam efeitos ampliados.

Neste sentido, o custo médio da DPMFi passa a ser divulgado segundo a nova metodologia, a qual pondera as variações mensais dos indexadores da dívida pelos respectivos estoques iniciais, efetuando-se, em seguida, a anualização deste parâmetro.

**TABELA 7**  
**CUSTO MÉDIO ANUAL DA DPMFi DO**  
**TESOURO NACIONAL EM PODER DO**  
**PÚBLICO**  
**BRASIL, 2000/2003**

Período	(% anual)	
	Total (1)	Total (2)
<b>2000</b>	<b>17,45</b>	<b>17,64</b>
<b>2001</b>	<b>17,00</b>	<b>16,79</b>
<b>2002</b>		
Fev	18,27	12,41
Mar	15,23	15,03
Abr	17,84	19,69
Mai	18,39	30,38
Jun	19,65	47,10
Jul	19,64	64,18
Ago	20,17	-4,14
Set	21,01	93,52
Out	24,35	8,35
Nov	31,73	27,83
Dez	29,06	20,94
<b>2002</b>	<b>21,00</b>	<b>27,62</b>
<b>2003</b>		
Jan	28,13	24,93
Fev	29,11	27,34

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

*Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi total foi de 29,11% a.a. em fevereiro.*

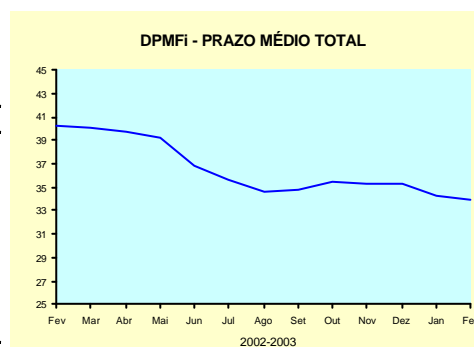
O prazo médio da DPMFi em poder do público decresceu ligeiramente de 34,21 meses em janeiro, para 33,9 meses em fevereiro. Entretanto, as emissões de LTN e de NTN-C com prazos médios de emissão (7,23 e 142,50 meses, respectivamente) superiores aos prazos médios destes títulos em janeiro (2,35 meses e 68,30 meses) suavizaram o movimento natural de redução do prazo médio total da DPMFi, decorrente do mês transcorrido.

## Prazo Médio

**TABELA 8**  
**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

Período	(meses)	
	Total	Of. Pub. (1)
<b>2002</b>		
Fev	40,34	28,85
Mar	40,01	28,79
Abr	39,76	28,41
Mai	39,16	27,76
Jun	36,76	24,00
Jul	35,60	22,83
Ago	34,57	21,28
Set	34,85	21,40
Out	35,53	22,43
Nov	35,39	22,68
Dez	35,32	23,05
<b>2003</b>		
Jan	34,21	22,09
Fev	33,91	22,07

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

Título	(meses)		
	2002 Fev	2003 Jan	2003 Fev
LTN	4,82	2,35	1,62
LFT	35,66	20,65	20,48
NTN-C	70,73	68,34	67,68
NTN-D	18,86	17,28	16,48
TDA	51,42	53,57	53,35
Divida Securitizada*	63,55	60,84	59,75
Demais	108,07	118,24	117,61
<b>Total</b>	<b>40,34</b>	<b>34,21</b>	<b>33,91</b>

(\*) Inclui divida agricola.

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), em moeda nacional, permaneceu praticamente constante, apresentando incremento de 0,7% em relação ao mês anterior devido a apreciação cambial verificada no mês de fevereiro (1,06%). Ademais, não foram realizadas novas emissões em montantes significativos no mês. O saldo devedor da DPFe, em dólares, permaneceu praticamente estável no mês (variação negativa de 0,24%). Tal queda ocorreu, principalmente, em virtude da diminuição do estoque da dívida externa contratual.

## Dívida Externa Líquida

**TABELA 9**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

	2002		2003	
	Fev	Jan	Jan	Fev
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>127.672,9</b>	<b>200.986,8</b>		<b>203.367,9</b>
Bônus de Renegociação	45.389,8	65.279,6		65.972,0
Bônus de Captação	82.283,0	135.707,2		137.395,8
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>45.260,1</b>	<b>69.171,0</b>		<b>69.004,9</b>
Organismos Multilaterais	23.588,1	39.015,3		38.547,5
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.975,2	11.969,0		12.080,8
Clube de Paris	13.696,7	18.186,7		18.376,7
<b>DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)</b>	<b>172.932,9</b>	<b>270.157,7</b>		<b>272.372,8</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.917,5</b>	<b>-6.393,5</b>		<b>-6.697,7</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-974,7</b>	<b>-1.110,2</b>		<b>-1.137,1</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>168.040,7</b>	<b>262.654,1</b>		<b>264.538,0</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>13,9%</b>	<b>19,5%</b>		<b>19,4%</b>

*Em fevereiro, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 264,5 bilhões.*

O serviço da dívida externa, pago em fevereiro, totalizou R\$ 3,0 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 1,1 bilhão ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,6 bilhão) referiu-se aos pagamentos de principal, juros e encargos da dívida mobiliária externa e o restante (R\$ 1,3 bilhão) à dívida contratual externa.

**TABELA 10**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, Fev/2003**

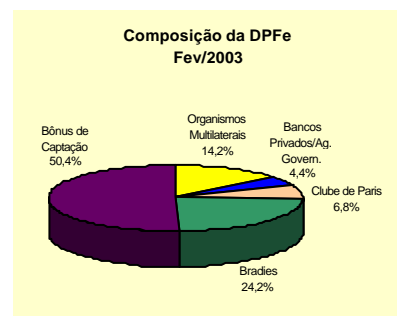
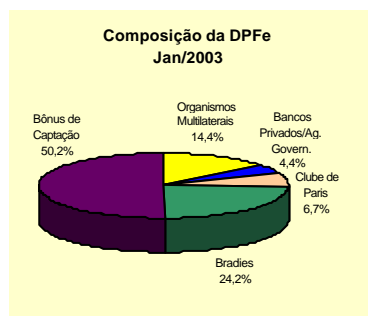
Discriminação	2003		
	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>1.145,1</b>	<b>1.832,4</b>	<b>2.977,5</b>
I.1. Organismos Multilaterais	1.002,6	170,6	1.173,2
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	142,5	14,9	157,4
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	1.646,9	1.647,0

*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 3,0 bilhões no mês de fevereiro.*

## Composição

Em fevereiro não ocorreram alterações significativas na composição do estoque da DPFe, em decorrência da falta de eventos em montantes expressivos.

*A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa foi de 50,4%, em fevereiro.*





O prazo médio da dívida mobiliária externa decresceu de 5,91 anos em janeiro, para 5,88 anos em fevereiro, decorrente da diminuição no prazo remanescente dos títulos. Já o custo médio em dólares permaneceu estável, devido à ausência de volumes significativos de novas emissões e cancelamentos no período.

### **Prazo e Custo Médios**

**TABELA 11**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**  
**MOBILIÁRIA EXTERNA**  
**BRASIL, 2002/2003**

Título	2002		2003	
	Fev	Jan	Fev	Jan
<b>Prazo Médio (anos)</b>	<b>6,64</b>	<b>5,91</b>	<b>5,88</b>	
Bônus de Renegociação	6,32	5,97	5,89	
Bônus de Captação	6,81	5,87	5,87	
Globais	8,27	7,17	7,19	
Euros	3,83	3,37	3,36	
Demais	2,64	2,27	2,23	
<b>Custo Médio (% a.a.) *</b>	<b>8,41</b>	<b>8,54</b>	<b>8,54</b>	
Bônus de Renegociação	5,19	4,93	4,93	
Bônus de Captação	10,19	10,28	10,27	
Globais	11,11	11,16	11,16	
Euros	9,94	10,11	10,11	
Demais	5,08	4,97	4,96	

\* Custo Médio em dólares.

*A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,54% a.a. e prazo médio de 5,88 anos, em fevereiro.*

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Fev/2002	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2003
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>23.989,7</b>	<b>23.412,9</b>	<b>26.813,8</b>	<b>24.910,7</b>	<b>22.334,0</b>	<b>27.139,0</b>	<b>24.132,8</b>	<b>29.023,8</b>	<b>29.967,2</b>	<b>26.978,0</b>	<b>33.941,0</b>	<b>32.442,6</b>	<b>27.731,90</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>18.805,9</b>	<b>18.232,7</b>	<b>21.442,5</b>	<b>19.374,0</b>	<b>17.044,8</b>	<b>21.362,5</b>	<b>18.326,7</b>	<b>23.267,4</b>	<b>23.875,9</b>	<b>21.146,5</b>	<b>23.867,6</b>	<b>26.981,2</b>	<b>21.620,4</b>
I.1.1 Receita Bruta	19.156,5	18.437,5	21.635,6	19.618,8	18.176,4	22.537,7	19.749,2	24.010,9	24.829,3	22.065,1	24.959,7	27.363,9	21.904,7
- Impostos	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8
- Contribuições	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.968,9
- Demais	2.452,1	1.522,0	2.860,8	1.979,3	1.318,1	2.515,0	1.575,4	2.095,9	2.676,8	1.730,7	2.893,9	3.540,6	2.087,1
I.1.2. (-) Restituições	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.183,8</b>	<b>5.180,2</b>	<b>5.371,3</b>	<b>5.536,6</b>	<b>5.289,2</b>	<b>5.776,5</b>	<b>5.806,0</b>	<b>5.756,4</b>	<b>6.091,4</b>	<b>5.831,6</b>	<b>10.073,3</b>	<b>5.461,4</b>	<b>6.111,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>5.436,9</b>	<b>4.329,5</b>	<b>4.282,1</b>	<b>5.343,5</b>	<b>3.676,3</b>	<b>4.245,1</b>	<b>4.183,2</b>	<b>4.413,3</b>	<b>5.273,2</b>	<b>5.406,5</b>	<b>4.742,2</b>	<b>5.704,3</b>	<b>6.144,8</b>
II.1. Transferências Constitucionais	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9
II.2. Lei Complementar 87/96	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6
II.3. Demais	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>18.552,8</b>	<b>19.083,4</b>	<b>22.531,8</b>	<b>19.567,2</b>	<b>18.657,7</b>	<b>22.893,9</b>	<b>19.949,6</b>	<b>24.610,5</b>	<b>24.694,1</b>	<b>21.571,5</b>	<b>29.198,8</b>	<b>26.738,3</b>	<b>21.587,1</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>15.973,7</b>	<b>17.027,7</b>	<b>16.754,6</b>	<b>17.711,1</b>	<b>16.824,6</b>	<b>20.929,5</b>	<b>18.561,8</b>	<b>17.598,2</b>	<b>20.873,5</b>	<b>20.526,1</b>	<b>32.329,3</b>	<b>19.692,2</b>	<b>17.650,4</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.486,6</b>	<b>5.281,0</b>	<b>5.359,4</b>	<b>5.288,5</b>	<b>5.923,1</b>	<b>7.046,9</b>	<b>5.543,6</b>	<b>5.248,9</b>	<b>5.684,4</b>	<b>6.411,4</b>	<b>8.790,1</b>	<b>7.514,5</b>	<b>5.942,4</b>
IV.1.1. INSS	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	452,8	603,8
IV.1.2. Demais	5.208,2	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.061,7	5.338,6
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>6.254,7</b>	<b>6.316,7</b>	<b>6.413,8</b>	<b>6.608,6</b>	<b>6.733,9</b>	<b>7.091,5</b>	<b>7.117,2</b>	<b>7.167,1</b>	<b>7.230,0</b>	<b>7.864,5</b>	<b>13.070,8</b>	<b>7.201,3</b>	<b>7.166,6</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.232,5</b>	<b>5.430,0</b>	<b>4.981,3</b>	<b>5.814,0</b>	<b>4.167,6</b>	<b>6.791,1</b>	<b>5.901,0</b>	<b>5.182,2</b>	<b>7.959,2</b>	<b>6.250,2</b>	<b>10.468,4</b>	<b>4.975,5</b>	<b>4.466,9</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	627,5	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	569,1	328,6
- Abono e Seguro Desemprego	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0	317,6
- Demais Despesas do FAT	43,5	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1	11,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	-0,5	96,9	131,9	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	238,0	103,2	208,8
- Operações Oficiais de Crédito	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9
- Subvenções aos Fundos Regionais	-83,2	2,3	64,5	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	12,4	23,9	98,9
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.605,4	4.865,9	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.566,2	5.632,3	9.508,4	4.303,1	3.929,5
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,9</b>	<b>74,4</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>2.579,0</b>	<b>2.055,7</b>	<b>5.777,2</b>	<b>1.856,1</b>	<b>1.833,1</b>	<b>1.964,4</b>	<b>1.387,8</b>	<b>7.012,3</b>	<b>3.820,6</b>	<b>1.045,5</b>	<b>-3.130,5</b>	<b>7.046,1</b>	<b>3.936,8</b>
V.1. Tesouro Nacional	3.649,9	3.192,2	6.819,7	2.928,1	3.277,8	3.279,4	2.699,0	8.423,0	4.959,2	3.078,4	-133,0	8.786,0	4.991,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-53,2</b>	<b>-57,8</b>	<b>-56,6</b>	<b>-43,8</b>	<b>-70,7</b>	<b>-60,0</b>	<b>-77,5</b>	<b>-86,8</b>	<b>-58,2</b>	<b>-48,0</b>	<b>-142,0</b>	<b>-38,0</b>	<b>23,8</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>2.525,8</b>	<b>1.998,0</b>	<b>5.720,6</b>	<b>1.812,3</b>	<b>1.762,4</b>	<b>1.904,5</b>	<b>1.310,4</b>	<b>6.925,4</b>	<b>3.762,3</b>	<b>997,5</b>	<b>-3.272,5</b>	<b>7.008,1</b>	<b>3.960,6</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-381,3</b>	<b>316,3</b>	<b>11,9</b>	<b>35,8</b>	<b>19,1</b>	<b>185,1</b>	<b>107,5</b>	<b>-881,6</b>	<b>550,6</b>	<b>563,1</b>	<b>-1.093,6</b>	<b>-289,8</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>2.144,5</b>	<b>2.314,2</b>	<b>5.732,5</b>	<b>1.848,0</b>	<b>1.781,5</b>	<b>2.089,6</b>	<b>1.417,9</b>	<b>6.043,8</b>	<b>4.312,9</b>	<b>1.560,5</b>	<b>-4.366,1</b>	<b>6.718,2</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>-678,6</b>	<b>-3.200,2</b>	<b>-8.338,9</b>	<b>-15.995,2</b>	<b>-23.076,4</b>	<b>-28.470,0</b>	<b>12.383,6</b>	<b>-40.920,9</b>	<b>565,3</b>	<b>-499,5</b>	<b>2.139,2</b>	<b>-11.083,9</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>1.465,9</b>	<b>-886,0</b>	<b>-2.606,4</b>	<b>-14.147,2</b>	<b>-21.294,9</b>	<b>-26.380,4</b>	<b>13.801,5</b>	<b>-34.877,0</b>	<b>4.878,2</b>	<b>1.061,1</b>	<b>-2.226,9</b>	<b>-4.365,6</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Fev/2002	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2003
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>27.751,7</b>	<b>24.647,0</b>	<b>26.414,5</b>	<b>31.035,7</b>	<b>29.321,4</b>	<b>27.994,8</b>	<b>35.339,5</b>	<b>33.924,5</b>	<b>38.879,4</b>	<b>30.431,4</b>	<b>40.559,9</b>	<b>26.460,3</b>	<b>18.591,5</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.757,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	774,2	906,7	1.183,4	790,4	911,5	676,4	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.038,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4
I.5 - Receita do Salário Educação	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	-5.404,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2	2.753,1	8.030,7	6.733,3	5.131,6	380,2	3.093,6	2,7	3,2
<b>II. DESPESAS</b>	<b>25.814,9</b>	<b>23.204,0</b>	<b>26.267,7</b>	<b>24.156,5</b>	<b>26.686,6</b>	<b>25.320,7</b>	<b>28.930,8</b>	<b>26.459,9</b>	<b>33.935,4</b>	<b>31.130,5</b>	<b>40.427,0</b>	<b>24.755,0</b>	<b>29.429,1</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>6.158,3</b>	<b>4.847,4</b>	<b>5.038,3</b>	<b>5.938,3</b>	<b>4.498,2</b>	<b>4.898,4</b>	<b>5.540,3</b>	<b>5.214,3</b>	<b>5.615,6</b>	<b>6.262,4</b>	<b>5.726,0</b>	<b>6.856,8</b>	<b>6.654,2</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0	356,9
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6
II.1.4 - Outras Vinculações	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>19.656,6</b>	<b>18.356,6</b>	<b>21.229,4</b>	<b>18.218,2</b>	<b>22.188,4</b>	<b>20.422,3</b>	<b>23.390,6</b>	<b>21.245,6</b>	<b>28.319,8</b>	<b>24.868,1</b>	<b>34.701,0</b>	<b>17.898,2</b>	<b>22.775,0</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.289,0	5.390,9	5.217,0	5.258,7	7.457,7	5.352,9	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.769,7	6.020,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5
i) Dívida Contratual Interna	102,5	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4
ii) Dívida Contratual Externa	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.494,5	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.723,9	4.281,5	3.554,2	3.922,7	4.567,2	4.437,4	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.007,8	3.846,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>1.936,8</b>	<b>1.443,0</b>	<b>146,8</b>	<b>6.879,2</b>	<b>2.634,8</b>	<b>2.674,1</b>	<b>6.408,7</b>	<b>7.464,6</b>	<b>4.944,0</b>	<b>-699,1</b>	<b>133,0</b>	<b>1.705,3</b>	<b>-10.837,6</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>14.390,1</b>	<b>16.359,1</b>	<b>22.684,1</b>	<b>11.892,7</b>	<b>7.044,0</b>	<b>25.584,9</b>	<b>9.433,4</b>	<b>4.149,4</b>	<b>11.012,4</b>	<b>35.037,7</b>	<b>36.723,8</b>	<b>16.269,0</b>	<b>25.919,2</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	13.777,4	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	612,7	589,6	554,8	527,8	595,2	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3
<b>V. DESPESAS</b>	<b>15.212,7</b>	<b>15.676,5</b>	<b>19.695,7</b>	<b>5.855,9</b>	<b>18.295,1</b>	<b>10.345,3</b>	<b>10.869,9</b>	<b>14.717,5</b>	<b>31.814,5</b>	<b>34.760,9</b>	<b>24.406,4</b>	<b>8.056,9</b>	<b>28.215,3</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8
V.2.1 - Dívida Interna	91,9	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0	82,4	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6
V.2.2 - Dívida Externa	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>-1.229,2</b>	<b>404,4</b>	<b>3.188,1</b>	<b>6.767,2</b>	<b>-9.969,4</b>	<b>14.855,9</b>	<b>-2.397,2</b>	<b>-10.358,6</b>	<b>-17.742,6</b>	<b>579,5</b>	<b>13.789,9</b>	<b>8.245,6</b>	<b>-621,6</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>3.043,7</b>	<b>870,5</b>	<b>-3.311,8</b>	<b>5.698,5</b>	<b>8.686,7</b>	<b>3.372,8</b>	<b>4.703,4</b>	<b>4.363,5</b>	<b>4.692,1</b>	<b>-3.477,0</b>	<b>-12.108,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>4.158,0</b>	<b>2.996,1</b>	<b>-176,7</b>	<b>18.614,5</b>	<b>70,4</b>	<b>21.286,5</b>	<b>9.675,6</b>	<b>1.260,0</b>	<b>-11.166,1</b>	<b>-3.899,3</b>	<b>342,3</b>	<b>8.559,7</b>	<b>-9.895,1</b>

(\*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Fev/2002	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2003
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>8.867,5</b>	<b>1.700,7</b>	<b>6.168,7</b>	<b>6.137,4</b>	<b>9.810,9</b>	<b>11.156,0</b>	<b>8.583,5</b>	<b>21.269,7</b>	<b>13.084,1</b>	<b>12.238,1</b>	<b>1.320,3</b>	<b>12.234,7</b>	<b>7.122,6</b>
I.1. Emissão de Títulos	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	83,8	34,0	99,3	208,5	341,5	314,5	-62,0	458,4	109,1	21,7	131,0	-23,7	212,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>5.823,8</b>	<b>830,2</b>	<b>9.480,5</b>	<b>438,8</b>	<b>1.124,2</b>	<b>7.783,2</b>	<b>3.880,1</b>	<b>16.906,2</b>	<b>8.392,0</b>	<b>15.715,1</b>	<b>13.428,5</b>	<b>13.592,4</b>	<b>3.883,9</b>
II.1. Resgate de Títulos	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3
II.2. Encargos da DPMF	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>3.043,7</b>	<b>870,5</b>	<b>-3.311,8</b>	<b>5.698,5</b>	<b>8.686,7</b>	<b>3.372,8</b>	<b>4.703,4</b>	<b>4.363,5</b>	<b>4.692,1</b>	<b>-3.477,0</b>	<b>-12.108,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>

**TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO**

R\$ milhões

	Fev/2002	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2003
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	28,2	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	22,2	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1	37,8	15,8
<b>VIII. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. TOTAL</b>	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Fev/2002	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2003
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>130.595,5</b>	<b>123.898,2</b>	<b>133.420,3</b>	<b>138.380,5</b>	<b>135.042,0</b>	<b>141.710,9</b>	<b>122.082,0</b>	<b>111.107,1</b>	<b>92.672,9</b>	<b>87.865,6</b>	<b>69.689,7</b>	<b>72.165,2</b>	<b>76.286,4</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	521.166,3	516.767,6	531.132,8	538.399,8	544.610,9	575.976,6	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6
Dívida Bancária	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0
INSS	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9
Lei 7.976/89	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9
Bônus Renegociação	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0
Lei 8.727/93	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2
Lei 9.496/97	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9
Recebíveis das Estatais	-18.247,1	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5
Outros	-29.976,9	-30.175,4	-30.187,9	-30.173,2	-30.505,9	-37.194,8	-37.548,8	-38.043,8	-38.429,6	-38.843,2	-40.341,4	-42.235,9	-42.404,7
Fat	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6
Demais Entidades	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-31.287,4	-31.829,8
Créditos das Operações Oficiais	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1
Arrecadação a Recolher	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.292,2	-5.210,0
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>168.040,7</b>	<b>169.428,8</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>270.128,2</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>
Dívida Mobiliária	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9
Títulos Depositados em Garantias	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7
Dívida Contratual	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9
Disponibilidades	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>298.636,2</b>	<b>293.327,0</b>	<b>308.340,0</b>	<b>325.984,3</b>	<b>347.807,4</b>	<b>398.619,4</b>	<b>347.601,1</b>	<b>398.921,2</b>	<b>360.583,9</b>	<b>357.993,8</b>	<b>332.378,7</b>	<b>334.819,3</b>	<b>340.824,3</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,1%</b>	<b>25,2%</b>	<b>26,5%</b>	<b>28,0%</b>	<b>31,7%</b>	<b>27,4%</b>	<b>31,2%</b>	<b>27,9%</b>	<b>27,4%</b>	<b>25,2%</b>	<b>24,9%</b>	<b>24,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Fev/2002	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2003
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>127.672,9</b>	<b>129.252,8</b>	<b>134.051,0</b>	<b>143.612,1</b>	<b>163.790,8</b>	<b>194.479,2</b>	<b>171.605,4</b>	<b>220.897,7</b>	<b>205.338,3</b>	<b>204.856,1</b>	<b>200.667,7</b>	<b>200.986,8</b>	<b>203.367,9</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>45.389,8</b>	<b>44.878,3</b>	<b>44.729,7</b>	<b>47.750,1</b>	<b>53.853,7</b>	<b>64.912,6</b>	<b>57.221,9</b>	<b>73.682,7</b>	<b>67.564,3</b>	<b>67.329,2</b>	<b>65.418,4</b>	<b>65.279,6</b>	<b>65.972,0</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8
Par Bond (PB)	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9
Discount Bond (DB)	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9
Debt Conversion Bond (DCB)	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8
New Money Bond (NMB)	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9
Eligible Interest (EI)	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>82.283,0</b>	<b>84.374,4</b>	<b>89.321,3</b>	<b>95.862,0</b>	<b>109.937,1</b>	<b>129.566,6</b>	<b>114.383,5</b>	<b>147.215,0</b>	<b>137.774,0</b>	<b>137.526,9</b>	<b>135.249,3</b>	<b>135.707,2</b>	<b>137.395,8</b>
Bônus Marco Alemão 2007	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4
Bônus Parallel Franco	317,7	314,4	319,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	378,3	374,3	380,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	302,9	299,7	304,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2027	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2
Bônus EuroIira	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6
Bônus Eurosterling 2007	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3
Bônus Euro 2003	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9
Bônus Marco Alemão 2008	799,1	790,7	804,0	904,9	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.492,6
Bônus Global 2008	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0
Bônus Global 2004	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6
Bônus Euro 2002	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,0	1.813,6	1.860,9	1.888,3
Bônus Global 2009	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4
Bônus Euro 2006	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4
Bônus Global 2020	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2
Bônus Euro 2010	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3
Bônus Global 2030	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1
Bônus Samurai 2003	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6
Bônus Euro 2005	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9
Bônus Global 2007	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8
Bônus Global 2040	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5
Bônus Euro 2007	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3
Bônus Samurai 2006	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1
Bônus Global 2006	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8
Bônus Euro 2011	2.022,1	2.000,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7
Bônus Global 2024	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9
Bônus Samurai 2007	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4
Bônus Global 2005	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2
Bônus Global 2012	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0
Euro Bond 2009	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9
Bônus Global 2010	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.917,5</b>	<b>-3.580,7</b>	<b>-3.803,6</b>	<b>-4.022,4</b>	<b>-4.565,6</b>	<b>-5.656,7</b>	<b>-5.284,3</b>	<b>-7.107,4</b>	<b>-6.365,2</b>	<b>-6.313,7</b>	<b>-6.442,1</b>	<b>-6.393,5</b>	<b>-6.697,7</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>45.260,1</b>	<b>44.706,1</b>	<b>45.615,0</b>	<b>49.003,9</b>	<b>54.544,8</b>	<b>69.155,8</b>	<b>60.380,5</b>	<b>75.150,2</b>	<b>70.041,2</b>	<b>72.834,3</b>	<b>69.554,3</b>	<b>69.171,0</b>	<b>69.004,9</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-974,7</b>	<b>-949,4</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>168.040,7</b>	<b>169.428,8</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>270.128,2</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>13,9%</b>	<b>13,9%</b>	<b>14,3%</b>	<b>15,3%</b>	<b>17,1%</b>	<b>20,5%</b>	<b>17,8%</b>	<b>22,5%</b>	<b>20,8%</b>	<b>20,7%</b>	<b>19,9%</b>	<b>19,5%</b>	<b>19,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Fev/2002	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2003
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>711.471,1</b>	<b>713.695,0</b>	<b>730.722,1</b>	<b>746.927,5</b>	<b>760.458,8</b>	<b>806.298,3</b>	<b>799.952,0</b>	<b>831.903,3</b>	<b>821.160,9</b>	<b>832.223,7</b>	<b>840.972,1</b>	<b>872.999,6</b>	<b>888.560,4</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>521.166,3</b>	<b>516.767,6</b>	<b>531.132,8</b>	<b>538.399,8</b>	<b>544.610,9</b>	<b>575.976,6</b>	<b>554.480,1</b>	<b>567.886,3</b>	<b>555.039,5</b>	<b>562.713,0</b>	<b>557.205,4</b>	<b>575.019,4</b>	<b>584.485,6</b>
Dívida Securitizada	22.148,8	20.987,0	20.577,3	20.624,4	20.608,8	20.704,7	21.359,4	21.391,5	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7
Certificados de Privatização	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8
TDA	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8
LTN	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7
LFT	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3
LFT-A	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5
LFT-B	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6
NTN-A	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8
NTN-B	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0
NTN-C	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3
NTN-D	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5
NTN-H	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4
NTN-I	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9
NTN-P	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7
CFT-A	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2
CFT-D	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6
Demais	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>190.304,8</b>	<b>196.927,4</b>	<b>199.589,3</b>	<b>208.527,7</b>	<b>215.847,8</b>	<b>230.321,7</b>	<b>245.471,9</b>	<b>264.017,0</b>	<b>266.121,4</b>	<b>269.510,7</b>	<b>283.766,7</b>	<b>297.980,2</b>	<b>304.074,8</b>
LTN	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2
LFT	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6
LFT-A	64.555,7	64.655,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-D	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4
Demais	2.181,3	2.191,6	1.589,1	1.599,9	1.610,0	1.696,4	5.494,1	5.586,5	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>43,0%</b>	<b>42,5%</b>	<b>43,5%</b>	<b>43,8%</b>	<b>43,8%</b>	<b>45,9%</b>	<b>43,8%</b>	<b>44,4%</b>	<b>43,0%</b>	<b>43,1%</b>	<b>42,2%</b>	<b>42,8%</b>	<b>42,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Fev/2002	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2003
<b>I. INTERNA</b>	<b>-90.682,0</b>	<b>-92.110,1</b>	<b>-93.046,8</b>	<b>-94.351,2</b>	<b>-95.200,3</b>	<b>-98.067,7</b>	<b>-99.480,4</b>	<b>-101.364,7</b>	<b>-103.516,1</b>	<b>-109.023,6</b>	<b>-110.307,8</b>	<b>-112.712,8</b>	<b>-114.321,4</b>
Dívida contratual	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9
FAT	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6
Aplicações financeiras	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2
Fundos Regionais	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.516,3	-20.596,6
Demais	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-8.027,8	-8.397,0
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-974,7</b>	<b>-949,4</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>
Disponibilidades	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-91.656,7</b>	<b>-93.059,5</b>	<b>-93.989,6</b>	<b>-95.340,9</b>	<b>-96.204,9</b>	<b>-99.137,6</b>	<b>-100.662,9</b>	<b>-102.491,1</b>	<b>-104.619,5</b>	<b>-110.272,1</b>	<b>-111.398,8</b>	<b>-113.822,9</b>	<b>-115.458,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,4%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação (FPM e FPE), apresentaram em fevereiro um acréscimo de 5,3 %, em relação aos valores creditados em janeiro de 2003.

Em que pese as previsões de decréscimo para este ano, em relação ao exercício de 2002, os dois primeiros meses do ano de 2003 apresentaram variação positiva quando comparados com o mesmo período de 2002.

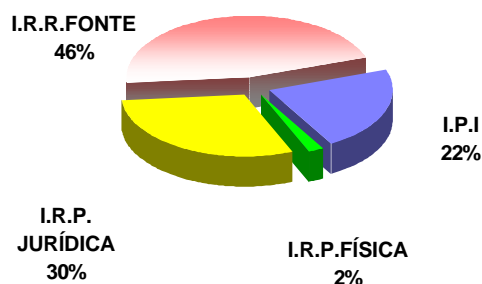
Para o mês de março, as estimativas iniciais de arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, base de cálculo dos Fundos de Participação, apontam um montante inferior a fevereiro, resultando em cotas menores para o FPE/FPM.

Os pequenos períodos de arrecadação do terceiro decêndio de fevereiro e do primeiro decêndio de março indicam uma previsão de repasses dos Fundos de Participação da ordem de 16% menores do que fevereiro.

## COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **fevereiro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

### BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



## DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/03 JAN/03	FEV/03 FEV/02	JAN A FEV/03 JAN A FEV/02
2002	2.242,5	1.917,7	4.160,2	-	-	-
2003	2.144,8	2.037,0	4.181,8	+5,3%	- 4,3 %	+ 0,5 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/03 JAN/03	FEV/03 FEV/02	JAN A FEV/03 JAN A FEV/02
2002	2.142,8	1.832,5	3.975,3	-	-	-
2003	2.049,5	1.946,4	3.995,9	+5,3%	- 4,3 %	+ 0,5 %

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

## PREVISTO X REALIZADO

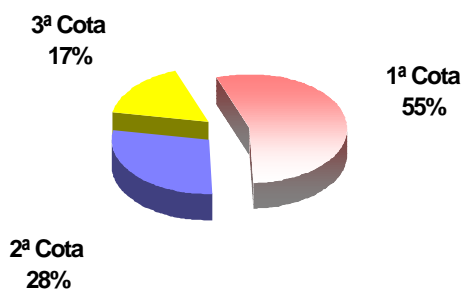
De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **fevereiro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/02, 20/02 e 28/02**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
FEV	+7,0 %	+5,3 %	+7,0 %	+5,3 %	-2,0 %	-0,7 %

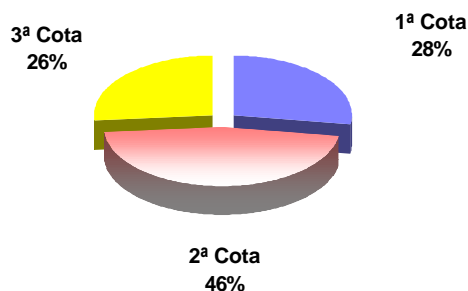
## DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



### IPI-EXP



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de janeiro a 20 de fevereiro, conforme demonstrativo abaixo: R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Jan	439,9	4.809,8	5.249,8						
<b>FEV/2003</b>	<b>1.668,4</b>	<b>6.783,9</b>	<b>8.452,3</b>	<b>FEV/2003</b>	<b>9.532,6</b>	<b>1.742,1</b>	<b>1.823,1</b>	<b>135,7</b>	<b>653,1</b>
1º Dec./Fev.	734,0	1.954,9	2.689,0	3º Dec./Jan.	4.809,8	959,4	1.004,0	37,4	353,1
2º Dec./Fev.	422,0	1.171,8	1.593,8	1º Dec.Fev.	1.954,9	491,4	514,3	62,4	188,5
3º Dec./Fev.	512,3	3.657,2	4.169,5	2º Dec./Fev.	1.171,8	291,3	304,8	35,9	111,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	10.075,5	59.596,4	10,2	12.333,2
AL	43.338,6	72.472,1	335,1	20.831,5
AM	25.546,8	48.610,9	4.661,3	15.157,2
AP	6.938,9	59.439,6	15,0	11.887,7
BA	165.277,4	163.688,9	7.062,9	69.942,1
CE	95.481,0	127.814,3	1.708,7	40.356,3
DF	3.943,6	12.023,8	4,1	3.141,5
ES	32.293,4	26.131,1	5.229,2	16.634,7
GO	66.984,3	49.529,0	1.178,0	21.301,5
MA	73.544,1	125.746,5	1.246,9	46.017,3
MG	237.641,1	77.600,8	15.483,8	74.068,8
MS	27.757,1	23.204,4	1.003,3	9.662,8
MT	34.703,6	40.205,4	989,1	14.168,0
PA	65.966,7	106.475,7	5.842,2	39.915,1
PB	58.904,3	83.426,3	484,5	25.317,3
PE	92.950,2	120.206,7	910,5	36.185,5
PI	45.243,6	75.282,1	91,0	22.767,2
PR	123.528,1	50.227,5	15.114,3	44.282,2
RJ	53.879,2	26.613,7	10.516,6	18.400,1
RN	45.186,6	72.782,2	490,3	21.049,0
RO	16.503,3	49.049,9	171,1	11.697,9
RR	7.023,9	43.215,7	15,2	8.883,7
RS	123.465,7	41.022,4	22.009,0	44.684,1
SC	71.191,7	22.295,1	13.882,5	23.305,3
SE	27.888,2	72.388,5	68,0	17.807,8
SP	242.545,4	17.420,8	27.131,7	86.596,1
TO	27.822,3	75.606,1	4,3	18.284,2
<b>TOTAL</b>	<b>1.825.624,5</b>	<b>1.742.075,6</b>	<b>135.658,5</b>	<b>774.678,0</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Mar/Fev	Abr/Mar	Mai/Abr
FPM	-16,0 %	- 2,0 %	+22,0 %
FPE	-16,0 %	- 2,0 %	+22,0 %
IPI-EXP	-12,0 %	+32,0 %	- 1,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Mai/2002	21/06/02	Out/2002	26/11/02
Jun/2002	31/07/02	Nov/2002	19/12/02
Jul/2002	21/08/02	Dez/2002	27/01/03
Ago/2002	24/09/02	Jan a Dez//2002	27/01/03
Set/2002	28/10/02	Jan //2003	20/02/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

#### COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF no, mês de fevereiro/2003, apresentaram números idênticos aos repasses ocorridos no mês de janeiro/2003.

Os repasses originários de parcela das receitas federais (FPE/FPM, IPI-Exportação, LC87/96) tiveram um incremento de 5,3 %, enquanto que aqueles pertinentes ao ICMS-Estadual apresentaram decréscimo de 1,9 %.

Observando o demonstrativo abaixo, verifica-se que as transferências no FUNDEF por receitas, não apresentaram variações significativas nos dois meses

R\$ Mil

Origens	janeiro	Partic.	fevereiro	Partic.	Fev/Jan
FPM	303.047,7	13,9%	319.201,8	14,7%	5,3%
FPE	291.964,4	13,4%	307.425,1	14,1%	5,3%
IPI-EXP	24.096,8	1,1%	23.939,7	1,1%	-0,7%
LC 87/96 LC 102/00	108.994,8	5,0%	104.361,7	4,8%	-4,3%
Compl. União	19.749,8	0,9%	19.749,8	0,9%	-
ICMS	1.429.394,5	65,7%	1.402.297,2	64,4%	-1,9%
<b>Total</b>	<b>2.177.247,4</b>	<b>100%</b>	<b>2.176.975,2</b>	<b>100%</b>	<b>0,0%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

#### DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: [fundef@sef.mec.gov.br](mailto:fundef@sef.mec.gov.br) ;
- por correspondência endereçada ao:  
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501  
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559  
Email: [cofin.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cofin.df.stn@fazenda.gov.br)

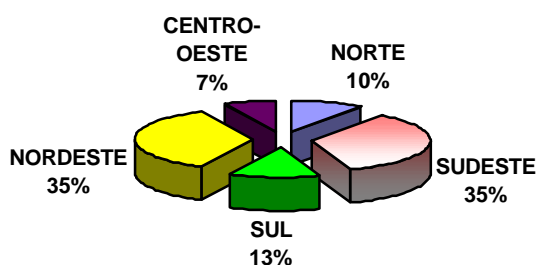
#### COMPARAÇÃO POR REGIÃO ENTRE N° DE MATRÍCULAS E VALORES DISTRIBUÍDOS- FUNDEF

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste detêm 52% dos alunos matriculados no ensino fundamental, contra 48% nas regiões Sul e Sudeste. O inverso acontece em termos de transferências das receitas do FUNDEF, pois do montante distribuído, 62% destinam-se às regiões Sul e Sudeste, cabendo às demais regiões apenas 38%. Isso se explica pelo fato do FUNDEF se constituir em um Fundo de âmbito estadual e pela natureza de suas receitas. O maior volume de transferências para os estados das regiões Sul e Sudeste decorre da arrecadação do ICMS, bastante superior a dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

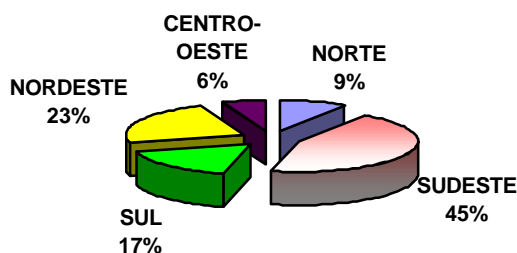
Por exemplo, enquanto que no estado de São Paulo a participação do ICMS na composição do FUNDEF alcança cerca de 85%, no estado do Acre não alcança 20%

Neste mês, as receitas originárias do ICMS-Estadual, participaram com 64% do montante do FUNDEF transferido aos Estados e Municípios

**MATRÍCULAS POR REGIÃO**

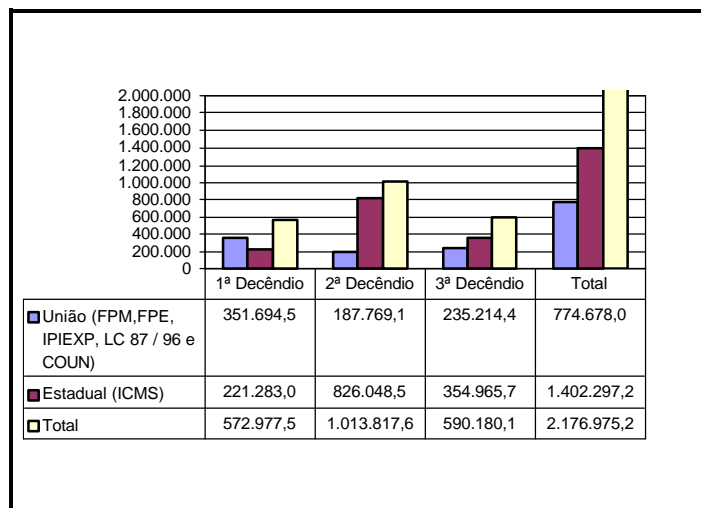
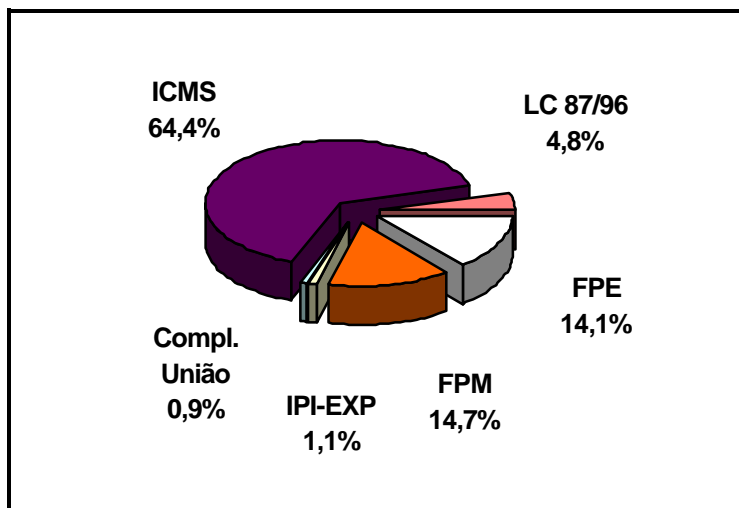


**VALORES DISTRIBUÍDOS  
JANEIRO A FEVEREIRO 2003**



**FUNDEF BRASIL POR ORIGEM**
**FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO**

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


**DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - FEVEREIRO/2003 (EM R\$ MIL)**

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	10.517,0	1.778,0	1,8	0,0	36,3	2.713,7	<b>15.046,9</b>	99,6	205,3
AL	674.791	12.789,2	7.648,0	59,1	0,0	335,2	8.451,4	<b>29.282,9</b>	44,3	87,7
AM	698.347	8.578,4	4.508,2	822,6	0,0	1.247,9	26.830,2	<b>41.987,4</b>	60,4	120,6
AP	122.638	10.489,3	1.224,5	2,6	0,0	171,2	1.446,0	<b>13.333,7</b>	113,1	221,9
BA	3.440.155	28.886,3	29.166,6	1.246,4	5.952,7	4.690,2	73.177,0	<b>143.119,1</b>	41,6	83,2
CE	1.666.055	22.555,5	16.849,6	301,5	0,0	649,7	16.005,7	<b>56.362,0</b>	54,5	88,4
DF(2)	304.072	2.121,8	695,9	0,7	0,0	323,0	0,0	<b>3.141,5</b>	10,0	20,3
ES	517.896	4.611,4	5.698,8	922,8	0,0	5.401,7	27.174,5	<b>43.809,2</b>	77,4	162,0
GO	992.400	8.740,4	11.820,8	207,9	0,0	532,4	39.005,4	<b>60.306,9</b>	64,1	124,9
MA	1.529.025	22.190,6	12.978,4	220,0	8.509,1	2.119,2	8.857,5	<b>54.874,8</b>	38,7	74,6
MG	3.308.674	13.694,3	41.936,6	2.732,4	0,0	15.705,5	134.638,4	<b>208.707,1</b>	70,2	133,3
MS	447.658	4.094,9	4.898,3	177,1	0,0	492,5	20.135,4	<b>29.798,2</b>	59,9	126,5
MT	567.420	7.095,1	6.124,2	174,5	0,0	774,2	23.172,8	<b>37.340,7</b>	65,0	130,8
PA	1.559.147	18.789,8	11.641,2	1.031,0	4.196,4	4.256,6	26.245,1	<b>66.160,2</b>	51,5	93,9
PB	794.932	14.722,3	10.394,9	85,5	0,0	114,7	12.551,2	<b>37.868,5</b>	50,7	98,3
PE	1.577.542	21.212,9	14.274,3	160,7	0,0	537,6	42.700,9	<b>78.886,4</b>	42,1	92,1
PI	730.910	13.285,1	7.984,1	16,1	1.091,5	390,4	6.966,6	<b>29.733,8</b>	41,0	81,7
PR	1.573.023	8.863,7	21.799,1	2.667,2	0,0	10.952,2	84.290,6	<b>128.572,8</b>	76,7	158,4
RJ	2.011.227	4.696,5	9.508,1	1.855,9	0,0	2.339,6	135.671,2	<b>154.071,3</b>	84,3	160,9
RN	567.686	12.843,9	7.974,1	86,5	0,0	144,5	15.085,5	<b>36.134,5</b>	60,5	124,2
RO	299.607	8.655,9	2.912,3	30,2	0,0	99,5	8.659,5	<b>20.357,4</b>	73,5	141,5
RR	74.129	7.626,3	1.239,5	2,7	0,0	15,3	1.840,4	<b>10.724,1</b>	148,4	293,1
RS	1.579.414	7.239,2	21.757,8	3.883,9	0,0	11.803,1	147.031,2	<b>191.715,4</b>	91,5	212,9
SC	887.879	3.934,4	12.563,2	2.449,8	0,0	4.357,9	49.425,6	<b>72.731,0</b>	99,9	181,8
SE	389.133	12.774,4	4.921,4	12,0	0,0	99,9	9.602,9	<b>27.410,7</b>	64,3	134,8
SP	5.244.645	3.074,3	41.994,0	4.787,9	0,0	36.739,9	474.037,7	<b>560.633,8</b>	100,9	207,8
TO	279.768	13.342,2	4.909,8	0,8	0,0	31,4	6.580,9	<b>24.865,1</b>	68,1	157,0
<b>Total</b>	<b>31.980.507</b>	<b>307.425,1</b>	<b>319.201,8</b>	<b>23.939,7</b>	<b>19.749,8</b>	<b>104.361,7</b>	<b>1.402.297,2</b>	<b>2.176.975,2</b>	<b>68,1</b>	<b>136,2</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.